

# Desenvolvimento em sociedades desiguais

Celia Lessa Kerstenetzky

CEDE UFF

02 de setembro de 2015

# Desenvolvimento e desigualdade

- Se desigualdades intensas e duradouras são um traço de subdesenvolvimento, intervenções desenvolvimentistas devem confrontá-las.
- Dada a tendência do capitalismo à concentração de renda e riqueza (Piketty 2014), um programa para o desenvolvimento precisa controlar as desigualdades.
- Uma medida apropriada de desenvolvimento poderia ser o PIB ou o IDH ajustados para a desigualdade (IHDI, PNUD).
- O Brasil é a sétima economia, mas o 79o. país em IDH e o 95o. em IHDI. Índice de Gini entre os 13 maiores do mundo. Elevado e duradouro. (UNDP 2014, WDI 2014).

# Desenvolvimento e desigualdade

- Desigualdades elevadas se combinaram com taxas maiores ou menores de crescimento, e democracia não parece ter sido suficiente.  
[\(tabela 1\)](#)
- 5 décadas de crescimento no Brasil não reduziram a desigualdade, com exceção de quando a redução foi um objetivo explícito.

# Desenvolvimento e desigualdade

- Hipótese: crescimento econômico socialmente desequilibrado tende a se reproduzir por “economia política”.
- I.e., “tax morale”, entesouramento de oportunidades, acesso privilegiado a elites políticas por parte das elites econômicas...

# A “década de ouro” no Brasil: democracia, crescimento, equidade

- A aposta: endogeneidade da política social ou política social “pró-crescimento”. ([Quadro 1](#)).
- Um conceito: crescimento re-distributivo:
  - crescimento que tem a redistribuição como insumo e maior equidade como produto;
  - redistribuição via intervenções regulatórias, transferências governamentais e provisão de serviços.
- O caso brasileiro: crescimento re-distributivo ...
  - ... puxado pelo consumo privado doméstico de massa ([Tabela 2](#));
  - estimulado pelo rendimento domiciliar e acesso a crédito;
  - incitado por políticas de mercado de trabalho e transferências governamentais

# A “década de ouro” no Brasil: democracia, crescimento, equidade

- Previsões falsificadas:
  - Os programas de renda não diminuíram a participação no emprego dos mais pobres (vários Ipea/MDS 2014).
  - A valorização do salário mínimo não trouxe desemprego ou maior informalidade; foi concomitante com a melhora geral do mercado de trabalho (vários, Brito 2015).

- Previsões falsificadas:
  - A valorização do SM não provocou uma aglutinação dos trabalhadores em faixas de rendimento abaixo do SM (Brito 2015). O salário mínimo se aproximou do salário médio e tendeu a se tornar realmente o salário **mínimo**.
  - O aumento da escolarização dos trabalhadores não reduziu a desigualdade de rendimentos do trabalho (Ferreira et al., 2014; Brito 2015).
  - O principal programa de renda focalizada reduziu a desigualdade em menor medida que o salário mínimo (Brito 2015).

# Impacto do crescimento re-distributivo sobre a desigualdade: Bolsa Família e Salário Mínimo

- No período 2006-2011, o PBF contribuiu com cerca de 10% e o SM com pouco mais de 32% da redução da desigualdade (Brito 2015).
- Contudo, o efeito “mercado de trabalho” não dominou o efeito “transferências governamentais”: pois o SM indexa as transferências governamentais constitucionais (não Bolsa Família).



# Contribuição total do SM para a redução da desigualdade entre 1995 e 2013

- **73%** da queda total (Brito 2015)
  - O canal “mercado de trabalho” contribuiu com **26,3%** (idem)
  - O canal “previdência”, com a maior parte: **37,7%** (idem)
  - E o canal “assistência”, com **8,4%** (idem).
- Ou seja o impacto do SM via transferências do governo foi dominante, **46,1%**, graças a sua função constitucionalmente definida de mínimo social.

# A década de ouro: o lado B

- Crescimento impulsionou construção civil, comércio e serviços pessoais, gerando empregos nesses setores;
- Seguem importantes as brechas de consumo necessário (Kerstenetzky e Monçores 2014), discricionário (Kerstenetzky, Uchoa, Silva 2015) e público (slides [15](#), [16](#) e [18](#));
- Crescimento insuficiente dos serviços sociais públicos que poderiam equalizar oportunidades ([23](#) e [22](#)).

# A década de ouro: o lado B

- Apesar da expansão contínua da carga tributária a partir de 1995, **nenhum avanço na tributação progressiva**. Pacto social da tributação difere do contrato social dos direitos na Constituição de 1988 (ver alíquotas em Souza 2014). Tributação total quase anula o efeito progressivo das transferências (Lustig et al. 2013).
- A desigualdade segundo os dados de Imposto de Renda onde aparecem **as altas rendas** é bem mais elevada e resiliente:
  - Renda: 1% detém 25%; 5 % detém 50%; 0,001% detém o mesmo que os 50% mais pobres. (Medeiros et al. 2014.) Participação dos 1% vem crescendo entre 2006 e 2012 (Souza 2014).
  - Riqueza: 1% dos contribuintes detém 30% da riqueza declarada (IRRF 2015).

## Potencial dos serviços e da tributação: a experiência internacional

- Serviços:
  - Expansão de emprego e renda atendendo a necessidades sociais e expandindo capacidade produtiva (Lindert 2004);
  - Impacto sobre inovação (educação ao longo da vida) (Stephens & Huo 2014);
  - Mudança no padrão de produto e no padrão de consumo (Kerstenetzky 2015; Norden 2015));
  - Impacto provável sobre meio ambiente;
  - emprego de qualidade (proxy “emprego público”, fortemente correlacionado com Gini:  $r = -.71$ ); mobilidade (consolidação da classe C).

# Potencial dos serviços e da tributação: a experiência internacional

- Serviços:
  - Equidade de gênero, se enfatiza os serviços de cuidado (vários, Esping-Andersen 2009);
  - Impacto sobre desigualdades intrageracionais e intergeracionais -- equalizando a estrutura de oportunidades (vários, Esping-Andersen 2015);
  - Gasto público em educação e saúde reduzem desigualdades na renda final mais do que as transferências (Lustig 2013);
  - Coalizões redistributivas mais amplas (preferências por redistribuição quando contribuintes se beneficiam): o fator “classe média” (Judt 2010; Pierson 2006).

## Potencial dos serviços e da tributação: a experiência internacional

- Tributação progressiva:
  - Um dos fatores da Grande Compressão do pós-guerra (Piketty 2014), Brasil provavelmente também (Souza 2015);
  - Base do mais re-distributivo estado social moderno (OECD 2015);
  - Reforço na arrecadação em circunstância de crise; financiamento adicional do estado; financiamento do investimento social adicional;
  - Imposto sobre riqueza para limitar a sua acumulação e controlar a decolagem dos 1% (Piketty 2014);
  - Imposto sobre herança para equalizar o acesso à herança social (Atkinson 2015).

# Revisando o modelo de crescimento re-distributivo?

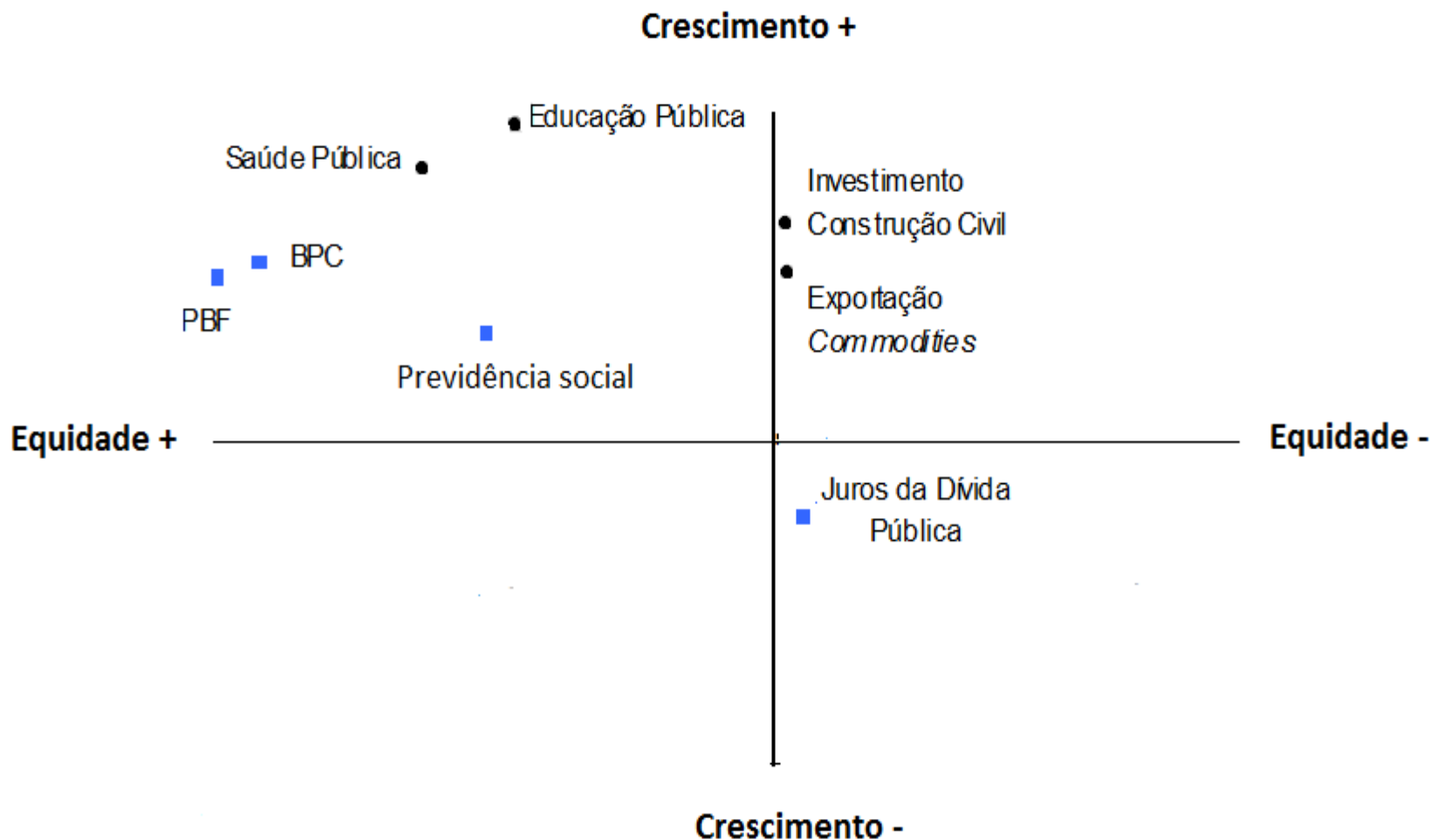
- Destacar o **consumo público** e a **tributação progressiva como políticas desenvolvimentistas**: crescer atendendo necessidades sociais e promovendo equilíbrio social;
- Oportunidades para a ação pública:
  - Sub-atendimento nos serviços; nível relativamente baixo de [emprego público](#);
  - Tributação progressiva incipiente (Gobetti 2015, [Nascimento 2015](#); [idem](#));
  - Ajuste fiscal e investimento social.
  - Alta desigualdade e concentração no topo, insensível às políticas habituais, incluindo educação (Medeiros 2015).

# Brasil: Desigualdade, Crescimento e Regime político

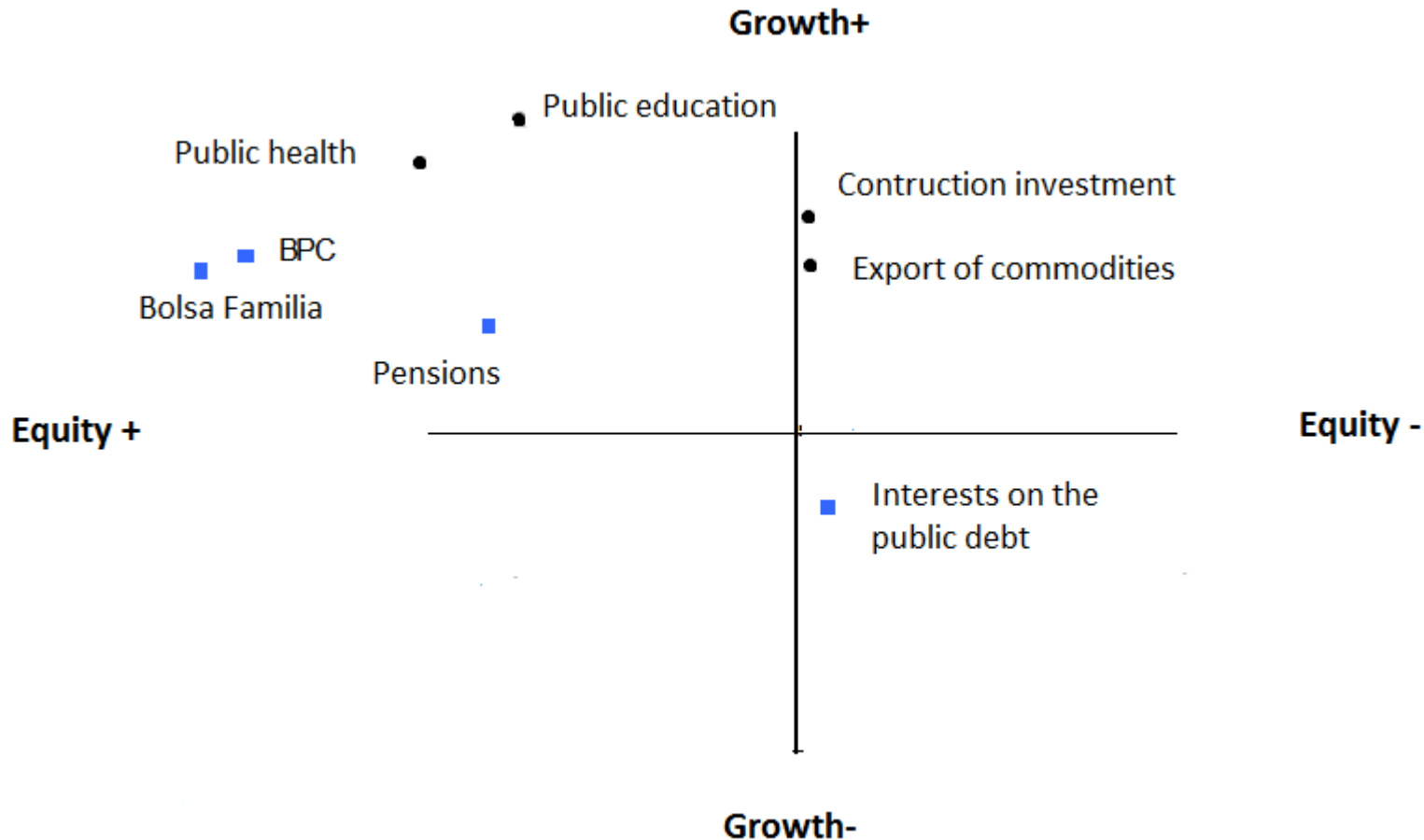
ANO	GINI	Taxa crescimento	Regime
1960	0,50		Democracia limitada
1970	0,57	++++ Anos 1960	Ditadura
1980	0,60	+++ Anos 1970	Ditadura
1990	0,64	+ Anos 1980	Redemocratização
2000	0,61	+ Anos 1990	Democracia
2010	0,52	++ “Década de ouro”	Democracia e coalizão de centro-esquerda



# Contribuição estimada de políticas sociais para o crescimento re-distributivo: efeito multiplicador (IPEA)



# Contribuição estimada de políticas sociais para o crescimento re-distributivo: efeito multiplicador (IPEA)



**Extrema pobreza e pobreza de acordo com critérios de renda familiar per capita - Brasil, 2012 (em número de pessoas e %)**

	PBF (70 e 140 reais)		Cesta de alimentos (103 e 206 reais)		50% da Mediana		60% da Mediana	
	Número de pobres	% tot pop	Número de pobres	% tot pop	Número de pobres	% tot pop	Número de pobres	% tot pop
<b>Extrema pobreza</b>	8.139.481	4,3%	12.003.957	6,4%	-	-	-	-
<b>Pobreza</b>	9.176.811	4,9%	18.754.238	10,0%	44.752.496	23,8%	56.841.050	30,2%
<b>Total</b>	<b>17.316.292</b>	<b>9,2%</b>	<b>30.758.195</b>	<b>16,3%</b>	<b>44.752.496</b>	<b>23,8%</b>	<b>56.841.050</b>	<b>30,2%</b>

Fonte: IBGE, PNAD 2012. Elaboração própria.

Nota: Mediana da renda média familiar per capita = 533,00. 50% da mediana = 266,50. 60% da mediana = 319,80

Percentage of households that possess the item by income range – Brazil – 2008 – 2009

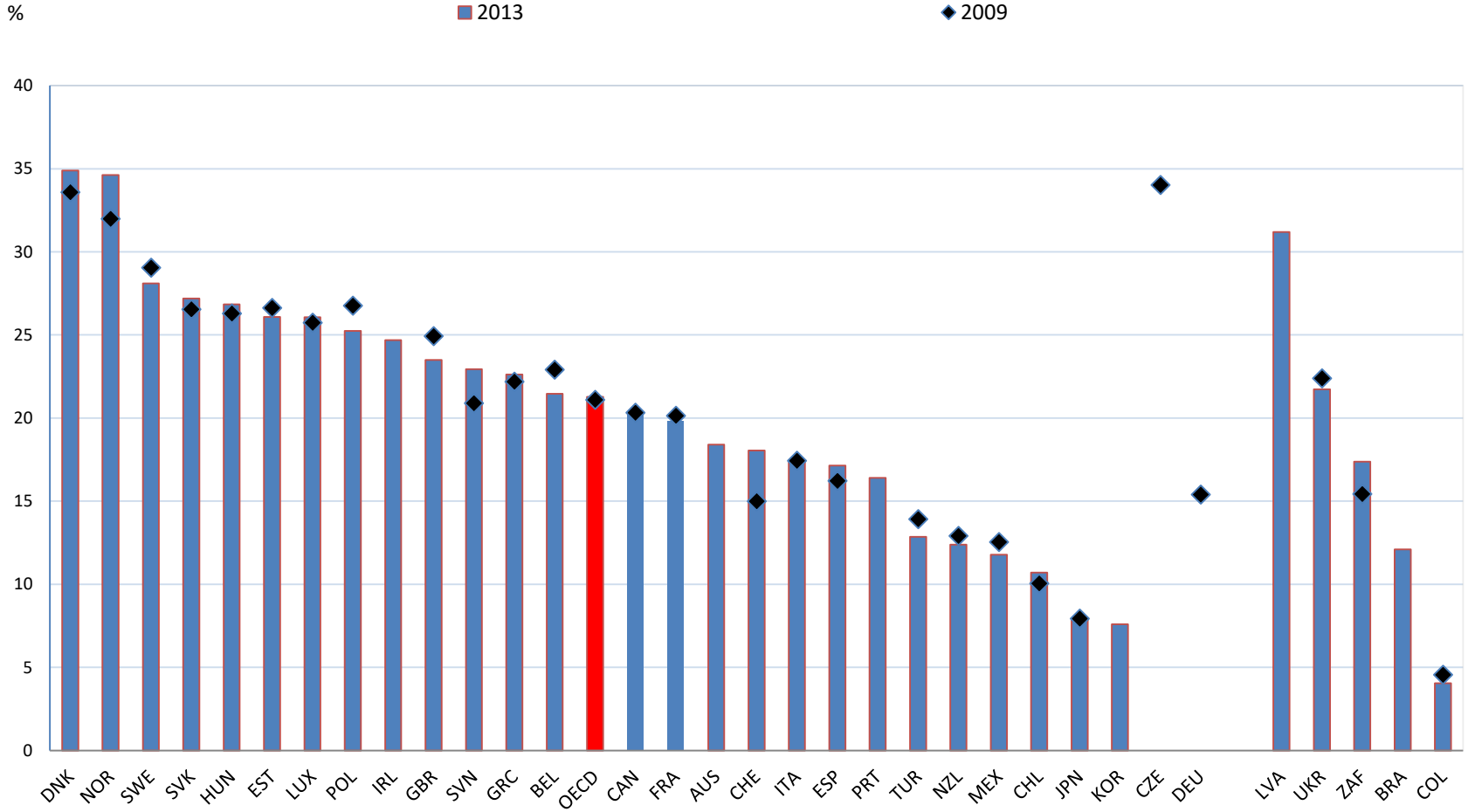
Criteria	Items	New middle class					
		Up to 658.00	658.00 to 1,052.00	1,052.00 to 2,214.00	2,214.00 to 3,375.00	3,375.00 to 4,537.00	More than 4,537.00
		%	%	%	%	%	%
Stable standard of living	Savings account	3.8	6.7	14.3	24.7	28.9	41.0
	Private pension plan	0.1	0.1	0.5	1.9	3.4	11.8
	Health insurance plan	2.3	4.9	14.3	33.7	48.2	67.7
	Car	4.4	9.3	23.7	48.3	63.0	81.5
	Credit card	8.6	16.3	26.7	42.8	53.3	69.0
	Checking account with overdraft	1.9	3.7	9.3	24.4	35.9	62.8
Home ownership and housing conditions	Own home	64.5	67.7	72.4	76.6	79.0	80.6
	No crowding	26.7	23.8	19.4	14.3	11.6	5.8
	Indoor bathroom	86.5	94.6	98.2	99.5	99.9	99.9
	Adequate material	85.5	93.6	95.8	97.3	97.7	96.1
	Public services	23.9	34.2	44.1	56.2	60.3	69.3
University education	University education	0.8	0.9	2.9	9.2	16.5	40.5
Access to good schools	Childred attend private school	3.3	5.6	9.9	19.2	29.8	60.7
Access to leisure, diversion and spare time	Leisure and sports services	45.3	48.8	56.0	62.1	67.5	74.4
	Subscription TV	0.4	0.7	1.7	5.2	9.7	26.1
	Color TV	92.6	95.0	96.6	97.7	98.0	98.8
	DVD player	44.9	53.0	64.4	75.1	79.8	85.9
	Washing machine	13.7	23.2	41.0	62.8	73.3	83.4
	Vacuum cleaner	0.9	1.7	5.8	15.0	24.6	42.1
	Maid	4.0	6.5	11.8	21.6	32.3	60.6
Access to information and communication technology	Internet in home	0.8	2.1	6.5	17.5	30.2	52.1
	Computer	2.7	6.6	17.9	40.2	57.1	75.8
	Mobile phone	22.9	34.1	46.5	58.3	64.1	71.9

Source: Prepared by the authors, based on data from the POF 2008-2009/ IBGE

Notes: \* million

\*\* amounts updated by the Consumer Price Index - IPCA/IBGE -January 2009

# Public sector employment as a percentage of total employment (2009 and 2013)



Source: International Labour Organization (ILO), ILOSTAT database. Data for Italy are from the National Statistical Institute and the Ministry of Finance. Data for Portugal are from the Ministry of Finance. Data for Korea were provided by national authorities.

**% Illiteracy and % Attendance at various levels  
(net rates) 2011 (ABE 2014, PNAD 2013)**

Illiteracy (15y +)	Primary (6-14)	Secondary (15-17)	Tertiary (18-24)	Preschool (0-3)
8,6 (one of the highest in LA)	92.4	52.2	15.4 (2012)	23

**Years of Schooling: inequities (ABE 2014)**

White	8.3
Black	6.4
20% poorer	7.7
20% richer	11.7

# Composição do gasto social da União: 2006-2013 (Ceccato 2014)

<b>% Gastos Sociais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Previdência Social	68,0	66,0	65,5	63,5	63,4	62,2	60,2	60,0
Saúde	12,1	12,1	12,1	12,1	11,5	11,9	11,6	11,0
Assistência Social	7,0	7,2	7,5	7,6	8,2	8,1	8,3	8,4
Trabalho e Emprego	5,2	5,5	5,8	6,5	6,2	6,3	6,2	6,5
Educação e Cultura	5,6	6,3	6,7	7,5	8,8	9,3	9,6	9,6
Organização Agrária	1,5	1,6	1,3	1,5	1,1	1,3	0,8	0,9
Saneamento Básico e Habitação	0,6	1,3	1,2	1,2	0,8	0,8	3,3	3,6

Fonte: SIAFI

## Gastos com Saúde per capita: países selecionados – 2005

País	Gasto Público per capita (US\$)	Gasto Público per capita (PPC)	Gasto Total per capita (US\$)	Gasto Total per capita (PPC)
Brasil	164,0	293,0	371,0	662,9
Média OCDE (ex. E.U.A.)	2518,2	2256,3	3323,6	2989,2
Média Am. Latina (ex. Cuba)	174,8	335,2	355,4	674,3

Fonte: World Bank (2008) e WHO Statistics Report (2008). Elaboração própria.

## Education Current Expenditure (2011): Brazil x OECD (Source: OECD 2014)

	% GDP	Primary (per student)	Secondary (p.s.)	Tertiary (p.s.)	Preschool 3-6 (p.s.)
Brazil	5,85 (24/37)	2,673.49 (32/37)	2,662.3 (35/37)	10,901.95 (23/37)	2,345
OECD	6.07	8,295.84	9,280.48	13,957.75	7,446



Contribuições para a taxa de crescimento do PIB (pontos percentuais): Brasil 2006-2013. IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.

<b>Ano</b>	<b>Consumo das Famílias</b>	<b>Consumo da APU</b>	<b>Formação Bruta de Capital Fixo</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>
2006	3,2	0,5	1,6	0,8	-2,1
2007	4,0	1,1	2,4	1,0	-2,3
2008	3,7	0,7	2,5	0,1	-1,9
2009	1,4	0,2	-1,7	-1,5	1,3
2010	5,0	1,2	4,1	1,4	-4,1
2011	2,2	0,3	0,8	0,4	-1,1
2012	1,4	0,5	-0,9	-0,1	0,1
2013	1,8	0,5	1,0	0,4	-1,2

## Teachers (various)

High school degree	25% (NE=58%, N=64%, Among those teaching at the preschool=57%)
Relative earnings	60% (OECD=92%; Korea=136%; Brazil among the lowest ratio)
Deficit	250,000
Time keeping order	20% (the highest percentage in OECD+)
Time teaching	69% (OECD=79%)

Source: OECD 2014; ABE 2014.

### **Preschool: % attendance and \$ per capita (PPP)**

	Brazil	OECD
Attendance 3y.	37	74
4y.	61	84
5y.	82	94
\$ per capita	2,349	7,446

### **% of adults with a college degree**

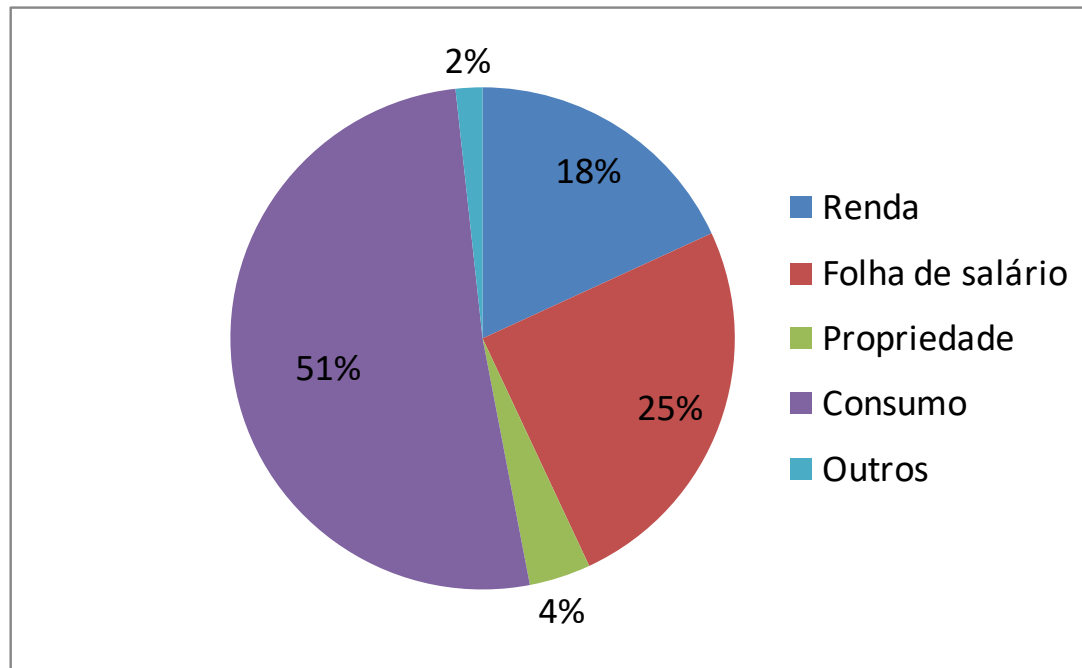
	25-34 years old	55-64 years old	25-64
Brazil	14	10	11
OECD	39	24	30
Korea	66	14	42

### **% of adults with at least a high school degree**

	25-34	55-64	25-64
Brazil	59	27	45
OECD	82	64	75
Korea	98	48	82

Source: own elaboration from OECD (2014) data

# Composição da Carga tributária em 2013 (Nascimento 2015)



# Brasil e OCDE 2012 (Nascimento 2015)

